PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

ESPECIALIZAÇÃO EM ADVOCACIA PÚBLICA

JUSTIFICATIVA

A Pós-graduação em Atuação Consultiva e Contenciosa da Administração Pública é voltada à discussão e ao aprofundamento dos temas mais relevantes e sensíveis que envolvem a presença do Poder Público, em juízo ou fora dele. A pós-graduação tem como público-alvo tanto os advogados públicos (Advogados da União, Procuradores Federais, Procuradores da Fazenda Nacional, Procuradores do Banco Central, Procuradores do Estado, Procuradores do Distrito Federal e Procuradores Municipais), como os advogados das empresas estatais (Petrobras, Caixa, Banco do Brasil, dentre outros), mas também os advogados privados que atuam contra os entes públicos em juízo. A proposta é realmente apresentar, na grade de módulos, disciplinas que sirvam efetivamente à atuação dos profissionais que lidam na defesa da Administração Pública ou que litigam contra os entes integrantes da Administração.

PÚBLICO-ALVO: o curso é voltado a bacharéis em Direito, advogados, professores de Direito e afins.

CARGA-HORÁRIA: 360 horas.

PROCESSO DE AVALIAÇÃO: realização de artigo científico, com avaliação dos professores.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Módulo 01: Administração Pública e Atividade Consultiva

Ementa: Conceito e papel constitucional da Advocacia Pública e da Advocacia das Estatais. O relevante papel da atividade consultiva na Administração Pública.

Módulo 02: Aspectos Relevantes do Direito Administrativo na Atuação dos entes públicos e das entidades estatais

Ementa: A nova lei de licitações e contratos administrativos e seus impactos na Administração Pública. Regime Jurídico dos Servidores Públicos e Processo Administrativo Disciplinar.

Módulo 03: Poder Público em Juízo

Ementa: Prerrogativas Processuais na atuação da Fazenda Pública em Juízo. Gestão do Contencioso de Massa. Gestão de Precedentes. Fazenda Pública e Execução. Atuação da advocacia pública e da advocacia das estatais junto aos Tribunais.

Módulo 04: Consensualidade e Métodos Extrajudiciais de Resolução de Conflitos na Administração Pública

Ementa: Negócios Processuais envolvendo o Poder Público. Conciliação e Mediação na Administração Pública. Arbitragem e Administração Pública. 2

Módulo 05: Novas Tecnologias e Proteção de Dados na Administração Pública

Ementa: Inteligência Artificial e Administração Pública. Visual Law na Administração Pública. Lei Geral de Proteção de Dados e Administração Pública.

Módulo 06: Proteção do Patrimônio e Gestão Pública

Ementa: Improbidade Administrativa. Proibição e Combate à Corrupção. Acordos de Leniência. Compliance. Gestão Pública. Boas Práticas na Advocacia Pública e na Advocacia das Estatais.

Módulo 07: Direitos Sociais, Políticas Públicas e Processo Coletivo

Ementa: Direito à Educação. Judicialização da Saúde. Aspectos Relevantes do Direito Previdenciário. Aspectos Relevantes do Direito Ambiental. Atuação da Advocacia Pública e da Advocacia das Estatais nas demandas coletivas. Processo Estrutural e Administração Pública.

Módulo 08: Processo Tributário

Ementa: Execução Fiscal. Processo Tributário. Transação Tributária.

Módulo 09: Atuação da Advocacia Pública e da Advocacia das Estatais nas Ações Constitucionais

Ementa: Mandado de Segurança. Habeas Data. Mandado de Injunção. Ação Popular. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Reclamação Constitucional.

Módulo 10: Atuação da Advocacia Pública e da Advocacia das Estatais nos Juizados Especiais e nos Procedimentos Especiais

Ementa: Juizados Especiais Federais. Juizados Especiais da Fazenda Pública. Ação de Desapropriação. Ações Possessórias. Ação Monitória. Inventário e Partilha. Usucapião.

Módulo 11: Direito Regulatório e da Infraestrutura

Ementa: Concessões Públicas. Direito da Infraestrutura. Direito da Regulação. Atuação da advocacia pública junto às agências reguladoras.

Módulo 12: Temas Complementares da Administração Pública

Ementa: Atuação da Advocacia Pública e da Advocacia das Estatais em Matéria Penal. Atuação da Advocacia Pública e da Advocacia das Estatais em Matéria Trabalhista. Atuação da Advocacia Pública e da Advocacia das Estatais em Matéria Internacional. Atuação da Advocacia Pública e da Advocacia das Estatais em Matéria Urbanística e Municipal.

Módulo 13: Entrega do Projeto Final

Ementa: Metodologia. Técnica para a elaboração de trabalhos científicos. Apresentação das regras formais. Delimitações objetivas do trabalho. A orientação e o desenvolvimento do trabalho. Aspectos éticos na elaboração de trabalhos científicos. 3

PROFESSORES

1. Alexandra Amaral
2. Alyne Gonzaga de Souza

3. Alzemer Britto
4. Ana Karenina Ramalho Andrade
5. Arthur Trigueiros
6. Bruno Betti Costa
7. Bruno Cavaco
8. Cristiane Rodrigues Iwakura
9. Daniel Neves
10. Daniel Octávio Silva Marinho
11. Esther Gurjão
12. Eugênia Simões
13. Fábio Victor da Fonte Monnerat
14. Fernanda Gomes
15. Felipe Duque
16. Flávia Pereira Hill
17. Gilberto Bruschi
18. Gisele Góes
19. Humberto Dalla Bernardina de Pinho
20. Janaína Soares Noletto Castelo Branco
21. José Henrique Mouta Araújo
22. Kaline Ferreira
23. Leonardo José Carneiro da Cunha
24. Leonardo Moreira
25. Luís Manoel Borges do Vale
26. Luiz Filipe Ribeiro
27. Marcelo Labanca
28. Márcia Michelle Duarte
29. Marcílio Ferreira
30. Marco Antonio Rodrigues
31. Marco Aurélio Ventura Peixoto
32. Mariana Cirne
33. Murilo Teixeira Avelino

34. Natália Resende
35. Patrícia Teixeira
36. Paulo Mendes de Oliveira
37. Paulo Rosenblatt
38. Rafael Pontes de Miranda
39. Ravi de Medeiros Peixoto
40. Renata Cortez Vieira Peixoto
41. Rita Dias Nolasco
42. Roberto de Aragão Ribeiro Rodrigues
43. Rodrigo da Cunha Lima Freire
44. Rodrigo Frantz Becker
45. Ronny Charles Lopes de Torres
46. Silvano Flumignan
47. Suzana Cremasco
48. Vanir Fridriczewski

Bibliografia:

AMARAL, Guilherme Rizzo. Capítulo VI: Do cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer, de não fazer ou de entregar coisa. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim et al. Breves Comentários ao Novo Código de Processo Civil. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. p. 1555-1567.

ANDRIGUI, Nancy e FOLEY, Gláucia Falsarella. Sistema multiportas: o Judiciário e o consenso. Tendências e Debates. Folha de São Paulo, 24 de junho de 2008.

ARAÚJO, José Henrique Mouta. Mandado de Segurança. 8. Ed. Salvador: Editora Jus Podivm, 2021.

ARAÚJO, José Henrique Mouta. Meios de impugnação e cumprimento de decisões parciais contra a Fazenda Pública. In <https://www.conjur.com.br/2019-out-02/opinioao-meios-resolucao-decisoes-parciais-fazenda>, acesso em 07 de janeiro de 2020.

ARAÚJO, José Henrique Mouta; PEIXOTO, Marco Aurélio Ventura. Poder Público em Juízo – Sinopses para Concursos, v. 49. 3. Ed. Salvador: Editora Jus Podivm, 2021.

ASSIS, Araken de. Manual da execução. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

AVELINO, Murilo Teixeira. A Fazenda Pública e os negócios jurídicos processuais. In <https://congressoemfoco.uol.com.br/opinioao/colunas/a-fazenda-publica-e-os-negocios-juridicos-processuais/>, acesso em 07 de janeiro de 2020.

AZEVEDO NETO, João Luiz Lessa. Arbitragem e Poder Judiciário: a definição da competência do árbitro. Salvador: Jus Podivm, 2016.

BARREIROS, Lorena Miranda Santos. (I) negociabilidade de prerrogativas processuais da Fazenda Pública: tentativa de sistematização. In MARCATO, Ana; GALINDO, Beatriz; GÓES, Gisele Fernandes; BRA-GA, Paula Sarno; APRIGLIANO, Ricardo; NOLASCO, Rita Dias. Negócios Processuais – Coletânea Mulheres no Processo Civil Brasileiro. Salvador: Editora Jus Podivm, 2017.

BECKER, Rodrigo Frantz. Manual do Processo de Execução dos Títulos Judiciais e Extrajudiciais. Salvador: Editora Jus Podivm, 2021.

BUENO, Cássio Scarpinella. O poder público em juízo. 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

CABRAL. Antonio do Passo. Convenções processuais. Salvador: Juspodivm, 2006.

CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil. Volume II, 11. Ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2005.

CÂMARA, Alexandre Freitas. O princípio da patrimonialidade da execução e os meios executivos atípicos: lendo o art. 139, IV, do CPC. In TALAMINI, Eduardo; MINAMI, Marcos Youji (coord.). Coleção Grandes Temas do Novo CPC – vol. 11 – Medidas Executivas Atípicas. Salvador: Juspodivm, 2018.

CAMPOS, Eduardo Luiz Cavalcanti. O princípio da eficiência no processo civil brasileiro. 1. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

CASTELO BRANCO, Janaína Soares Noletto. Advocacia Pública e solução consensual de conflitos. 2. Ed. Salvador: Editora Jus Podivm.

CIMARDI, Cláudia Aparecida. A execução contra a Fazenda Pública no Projeto do CPC. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/242886/000923094.pdf?sequence=1>, capturado em 15.01.2015.

CÔRTEZ, Osmar Mendes da Paixão. Responsabilidade dos servidores e empregados 5

públicos que participam de mediações. In PINHO, Humberto Dalla Bernadina de; RODRIGUES, Roberto de Aragão Ribeiro. Mediação e Arbitragem na Administração Pública. Curitiba: Editora CRV, 2018.

CUNHA, Leonardo Carneiro da. A Fazenda Pública em Juízo. 13. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

DANTAS, Francisco Wildo Lacerda. Execução contra a Fazenda Pública. Regime de Precatórios. 2. Ed. São Paulo: Método, 2010.

DELLORE, Luiz. Estudos sobre Coisa Julgada e Controle de Constitucionalidade. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. As possibilidades de arbitragem em contratos administrativos. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2015-set-24/interesse-publico-possibilidades-arbitragem-contratos-administrativos2>, capturado em 01.02.2017.

- DIDIER JR., Fredie. Curso de Direito Processual Civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento. Salvador: Juspodivm, 2015.
- DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. Curso de Direito Processual Civil: execução. 8. Ed. Salvador: Ed. Juspodivm, 2018.
- DIDIER JR. Fredie; ZANETI JR. Hermes. Curso de direito processual civil: processo coletivo. V. 4. 14. Ed. Salvador: Editora Jus Podivm, 2020.
- DUQUE, Felipe. Prescrição intercorrente e honorários advocatícios. In <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/contraditorio/prescricao-intercorrente-e-honorarios-advocaticios-08072019>, acesso em 08 de janeiro de 2020.
- FERREIRA, Kaline. Arbitragem e os litígios envolvendo entes públicos no Brasil e na França. In PINHO, Humberto Dalla Bernadina de; RODRIGUES, Roberto de Aragão Ribeiro. Mediação e Arbitragem na Administração Pública. Curitiba: Editora CRV, 2018.
- GAJARDONI, Fernando. Aspectos Fundamentais de processo arbitral e pontos de contato com a jurisdição estatal. In Revista de Processo, vol. 106, abril-junho/2002
- GOUVEIA, Lúcio Grassi de. Cognição Processual Civil: Atividade Dialética e Cooperação Intersubjetiva na Busca da Verdade Real. In: Fredie Didier Jr. (Org.). Leituras Complementares de Processo Civil. Salvador: Juspodivm, 2007.
- KOEHLER, Frederico Augusto Leopoldino; PEIXOTO, Marco Aurélio Ventura. Impugnação ao Cumprimento da Sentença contra a Fazenda Pública. In ASSIS, Araken de; BRUSCHI, Gilberto Gomes (coord). Processo de Execução e Cumprimento de Sentença: temas atuais e controvertidos. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020. Na
- LEMOS, Vinicius Silva. A decisão parcial e as questões de fato. Salvador: Editora Jus Podivm, 2020.
- LEMOS, Vinicius Silva. O incidente de assunção de competência: da conceituação à procedimentalidade. Salvador: Editora Juspodivm, 2018.
- MARINONI, Luiz Guilherme. Técnica Processual e tutela dos direitos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.
- MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. Curso de Processo Civil, v. 3 – Execução. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.
- MINAMI, Marcos Youji. Uma justificativa às medidas executivas atípicas – da vedação ao non factibile. In TALAMINI, Eduardo; MINAMI, Marcos Youji (coord.). Coleção Grandes Temas do Novo CPC – vol. 11 – Medidas Executivas Atípicas. Salvador: Juspodivm, 2018.
- NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de direito processual civil: volume único. Salvador: Juspodivm, 2016.
- NOGUEIRA, Pedro Henrique. Negócios Jurídicos Processuais. Salvador: Editora Jus Podivm, 2016. 6

NOLASCO, Rita Dias. Capítulo V: da execução contra a Fazenda Pública. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim et al. Breves Comentários ao Novo Código de Processo Civil. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. p. 2251-2256.

NUNES, Dierle. Processualismo constitucional democrático e o dimensionamento das técnicas para a litigiosidade repetitiva. A litigância de interesse público e as tendências “não compreendidas” de padronização decisória. In Revista de Processo. São Paulo, Ano 38, n. 199, set. 2011.

OLIVEIRA, Weber Luiz de. Advocacia Pública Contemporânea. In OLIVEIRA, Weber Luiz de (org.). Advocacia Pública em Debate. Florianópolis: Empório do Direito, 2018.

PEIXOTO, Marco Aurélio Ventura. A Fazenda Pública no Novo Código de Processo Civil. In ADONIAS, Antonio; DIDIER JR., Fredie (coordenadores). Projeto do Novo Código de Processo Civil – 2ª série. Estudos em homenagem a José Joaquim Calmon de Passos. Salvador: Ed. Juspodivm, 2012.

PEIXOTO, Marco Aurélio Ventura; BELFORT, Renata Cortez Vieira. O cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública no novo CPC. In ARAÚJO, José Henrique Mouta; CUNHA, Leonardo Carneiro da; RO-DRIGUES, Marco Antonio (coord). Fazenda Pública (Coleção Repercussões do Novo CPC, v.3). 2. Ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2016.

PEIXOTO, Marco Aurélio Ventura; PEIXOTO, Renata Cortez Vieira. Fazenda Pública e Execução. 2. Ed. Salvador: Editora Jus Podivm, 2020.

PEIXOTO, Marco Aurélio Ventura; PEIXOTO, Renata Cortez Vieira. O regime de precatórios na Constituição Federal de 1988. In BEÇAK, Rubens; PRADO, João Carlos Navarro de Almeida (Org.) Reflexões sobre os 30 anos da Constituição de 1988: mutações e reformas constitucionais. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2018, pp. 290/312.

PEIXOTO, Marco Aurélio Ventura; SOARES, Patrícia de Almeida Montalvão; PEIXOTO, Renata Cortez Vieira. Das medidas atípicas de coerção contra o poder público: aplicabilidade e limites. In TALAMINI, Eduardo; MINAMI, Marcos Youji (coord). Medidas executivas atípicas. 2. Ed. Salvador: Editora JusPodivm, 2020, pp. 153/178.

PEIXOTO, Ravi. Honorários nos processos que envolvem a Fazenda e a não aplicação da lei pelo STJ, disponível em www.conjur.com.br/2019-abr-22/ravi-peixoto-honorariosnos-processos-envolvem-fazenda, capturado em 02.02.2020.

PEIXOTO, Renata Cortez Vieira. A audiência obrigatória de conciliação e de mediação no CPC/2015: uma proposta de compatibilização do art. 334 com o modelo multiportas e com a razoável duração do processo. In PEIXOTO, Renata Cortez Vieira; SOUSA, Rosalina Freitas Martins de; ANDRADE, Sabrina Dourado França (Coord). Temas Relevantes de Direito Processual Civil: Elas escrevem. Recife: Editora Armador, 2016.

PEREIRA, Hélio do Valle. Manual da Fazenda Pública em Juízo. 2. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. MAZZOLA, Marcelo. Manual de mediação e arbitragem. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

PINHO, Humberto Dalla Bernadina de; NUNES, Patrícia Elael. A confidencialidade e suas peculiaridades no procedimento de mediação envolvendo a Fazenda Pública. In PINHO,

Humberto Dalla Bernardina de; RODRIGUES, Roberto de Aragão Ribeiro. *Mediação e Arbitragem na Administração Pública*. Curitiba: Editora CRV, 2018.

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de; STRÄTZ, Murilo; RODRIGUES, Roberto de Aragão Ribeiro. *Arbitragem Tributária: Perspectivas para o Direito Brasileiro*. In PINHO, Humberto Dalla Bernardina de; RODRIGUES, Roberto de Aragão Ribeiro. *Mediação e Arbitragem na Administração Pública*, vol. 2. Santa Cruz do Sul: Editora Essere nel Mondo, 2020.

PORTO, José Roberto Mello. *Processo Coletivo – Sinopses para Concursos*, v. 54. Salvador: Editora Jus Podivm, 2020. 7

PRESGRAVE, Ana Beatriz Ferreira Rebello; OGUSUKU, Alexandre. *Dos honorários de sucumbência na execução fiscal*. In <https://www.migalhas.com.br/depeso/331552/dos-honorarios-de-sucumbencia-na-execucao-fiscal>, acesso em 01 de maio de 2021.

QUEIROZ, Mary Elbe e SOUZA JÚNIOR, Antonio Carlos F. de Souza. *Embargos à Execução Fiscal: um contributo para um modelo mais eficiente*. In: Gisele Barra Bossa, Eduardo Perez Salusse, Tathiane Piscitelli, Juliana Furtado Costa Araújo. (Org.). *Medidas de redução do contencioso tributário e o CPC/2015: contributos práticos para ressignificar o processo administrativo e judicial tributário*. 1.ed.São Paulo: Almedina, 2017, v. , p. 183-210.

QUEIROZ, Ricardo de Lima Souza Queiroz. *Incidente de desconsideração da PJ deve ser afastado em execução fiscal*.

RODRIGUES, Marco Antonio. *A Fazenda Pública no processo civil*. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2016.

RODRIGUES, Marco Antonio. *Curso de Processo Administrativo e Judicial Tributário*. Salvador: Ed. Jus Podivm, 2021.

RODRIGUES, Marco Antonio. *Manual dos recursos, ação rescisória e reclamação*. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

RODRIGUES, Marco Antonio; GISMONDI, Rodrigo. *Métodos de Solução Consensual de Conflitos e a Fazenda Pública*. In *Mediação e Arbitragem na Administração Pública*, vol. 2. Santa Cruz do Sul: Editora Essere nel Mondo, 2020.

SCAVONE JÚNIOR, Luiz Antonio. *Manual de Arbitragem. Mediação e Conciliação*. 8. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018

TALAMINI, Eduardo. *A (in)disponibilidade do interesse público: consequências processuais (composições em juízo, prerrogativas processuais, arbitragem, negócios processuais e ação monitória) – versão atualizada para o CPC/2015*. In: *Revista de Processo*. Ano 42, vol. 264, ps. 85/94. São Paulo: Revista dos Tri-bunais, fev/2017.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil: processo de execução e cumprimento de sentença, processo cautelar e tutela de urgência*. Vol. II. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

VALE, Luís Manoel Borges do. *Precedentes vinculantes no processo civil brasileiro e a razoável duração do processo*. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2019.

VAZ, Orlando. *Precatórios: problema e soluções*. Belo Horizonte: Del Rey e Centro jurídico brasileiro, 2005.

VIANA, Juvêncio Vasconcelos. Novas considerações acerca da execução contra a Fazenda Pública. In Revista Dialética de Direito Processual. n. 5. São Paulo: Editora Dialética, 2003.